



The state of research art in “quilombola school education” in Brazil between 2015 and 2020

O estado da arte das pesquisas em “educação escolar quilombola” no Brasil entre os anos de 2015 e 2020

El estado del arte de la investigación en "educación escolar em los palenques" en Brasil entre 2015 y 2020

Mariana Galvão Nascimento¹ , Renato Izidoro da Silva¹ 

¹ Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

Autor correspondente:

Mariana Galvão Nascimento

E-mail: mari_galvao2020@academico.ufs.br

Como citar: Nascimento, M. G., & Silva, R. I. (2021). The state of research art in “quilombola school education” in Brazil between 2015 and 2020. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 2(1), e12486.

<https://doi.org/10.20952/jrks2112486>

ABSTRACT

Considering the period that covers the years 2015 and 2020, we intend to present the panorama of the researches carried out in Brazil, which have as their object “quilombola school education”. We also seek to identify the concepts that are used in the works found and the authors the most cited. Specifically, we are interested in verifying in the research carried out in the Postgraduate Programs in Education, the presence of the theoretical contribution of Afrocentricity and Decolonial Studies.

Keywords: Afrocentricity. Decolonial studies. Quilombola school education. State of art.

RESUMO

Considerando o período que abarca os anos de 2015 e 2020, pretendemos apresentar o panorama das pesquisas realizadas no Brasil, que têm como objeto a “educação escolar quilombola”. Buscamos ainda, identificar os conceitos que são utilizados nos trabalhos encontrados e os/as autores/as mais citados. Especificamente, temos interesse em verificar nas pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação em Educação, a presença do aporte teórico da Afrocentricidade e dos Estudos Decoloniais.

Palavras-chave: Afrocentricidade. Educação escolar quilombola. Estado da arte. Estudos decoloniais.

RESUMEN

Considerando el período que abarca los años 2015 y 2020, pretendemos presentar el panorama de las investigaciones realizadas en Brasil, que tienen como objeto la “educación escolar quilombola”. También buscamos identificar los conceptos que se utilizan en los trabajos encontrados y los autores más citados. Específicamente, nos interesa verificar en la investigación realizada en los Programas de Posgrado en Educación, la presencia del aporte teórico de la Afrocentricidad y los Estudios Decoloniales.

Palabras clave: Afrocentricidad. Educación escolar quilombola. Estado del art. Estudios decoloniales.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é apresentar o estado da arte sobre a educação escolar quilombola nos últimos 6 anos (2015-2020), obtendo uma amostra do cenário da produção de conhecimento sobre esta temática nas universidades brasileiras nos últimos anos. Este artigo pretende oferecer um panorama do que tem sido realizado na academia em torno dos processos educacionais em territórios quilombolas e quais os principais referenciais teóricos e metodológicos que fundamentam essas pesquisas. Nesse sentido, buscarei olhar, especificamente, para as teses e dissertações que têm como referencial teórico-metodológico a perspectiva afrocentrada, que me interessam como caminho a ser percorrido para avançar além das epistemologias eurocêntricas.

A presente pesquisa foi realizada em uma plataforma digital de acesso a teses e dissertações nacionais, a saber, o Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD)¹, e envolveu tanto instituições públicas quanto privadas. O termo pesquisado foi “Educação Escolar Quilombola” e acessei pesquisas não apenas realizadas nos Programas de Pós-Graduação em Educação, mas de todas as áreas que apareceram na busca, uma vez que eu desejava verificar a abrangência das pesquisas que têm essas palavras em seu escopo. Como critério de análise das pesquisas, quis identificar, além das áreas de conhecimento em que são produzidas, as regiões do país em que se concentram e, de maneira mais analítica, quais são os referenciais teórico-metodológicos que fundamentam os trabalhos realizados ao longo desses anos. A partir da leitura do resumo dos trabalhos, busquei verificar os resultados de tais pesquisas, no sentido de colocar em evidência a situação em que se encontra a educação, as escolas, a formação de professores/as nos territórios de quilombos, assim como a perspectiva da implementação dos marcos legais que instituem a Educação Escolar Quilombola.

PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO BRASIL

Foram acessadas 75 pesquisas de mestrado e doutorado produzidas entre 2015 e 2020. Foi possível observar, de partida, que as pesquisas nessa temática têm sofrido oscilações na produção, conforme dados abaixo (Tabela 1).

Tabela 1. Teses e dissertações sobre Educação Escolar Quilombola (2015-2020).

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Quantidade de pesquisas	15	13	17	15	12	3
Teses	2	3	5	2	5	3
Dissertações	13	10	12	13	7	0

¹ Recuperado de: <https://bdttd.ibict.br>

É importante analisar que as teses e dissertações defendidas até o ano de 2017 (ano em que se registra a maior quantidade de trabalhos), foram iniciadas em anos anteriores, ainda sob o governo federal do ciclo petista (Presidente Luís Inácio Lula da Silva de 2003 a 2010; e Presidenta Dilma Rousseff de 2010 a 2016), que representou um momento político bastante significativo para a população afrodescendente brasileira que, pela primeira vez na história viu acontecer políticas de ações afirmativas e de reparação aplicadas a negros e negras (cotas nas universidades, programas de financiamento do Ensino Superior, bolsas de pesquisa, além da legislação educacional, como a Lei 10.639/2003² e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (promulgada em 20 de novembro de 2012). Em 2016 a então presidenta da República, Dilma Rousseff, sofre um golpe institucional assumindo seu vice, Michel Temer (MDB). Nesse momento inicia-se o desmonte da educação brasileira, com a diminuição de investimentos na área social: são encerradas as atividades no Ministério da Cultura, que volta ao domínio da Educação; têm fim a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), e outros órgãos significativos para o atendimento das demandas sociais da população afrodescendente, quilombolas, indígenas e outros povos considerados "tradicionais" como a Secretaria Continuada de Alfabetização e da Diversidade (SECADI). Esse novo rumo dado pelo governo Temer às políticas educacionais têm um impacto forte na educação brasileira em geral e, mais abruptamente, na educação do campo, onde se concentram as ações ligadas à educação escolar quilombola. Em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro, outras perdas substanciais nessa área podem ter impacto direto no quantitativo da produção de conhecimento em Educação, considerando o fim das políticas implementadas pelos governos anteriores (2003-2015). No intento de verificar essa hipótese, pretendo acompanhar a produção das pesquisas em educação escolar quilombola no país nos próximos anos.

O LOCUS DAS PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Apresento abaixo as evidências acerca das áreas de conhecimento e das regiões em que as pesquisas foram realizadas. A maioria das 75 pesquisas encontradas foram realizadas em instituições públicas, o que apresento aqui como destaque. De todos os trabalhos acessados, apenas 5 foram realizados em instituições privadas. Esse dado revela a importância da educação pública, da sua defesa como espaço de debate e construção de conhecimento sobre temas relevantes ao país.

A maioria das pesquisas que têm como objeto a educação escolar quilombola foram desenvolvidas em programas de Pós-Graduação em Educação – 38 delas. As demais áreas são, respectivamente: Matemática e Ciências (06); História (04); Geografia (03), Formação de Professores/as (02); e Educação Especial (02). Estas áreas indicam que muitas das pesquisas sobre educação escolar em comunidades quilombolas têm como objeto o currículo escolar, as disciplinas escolares, a articulação entre a escola e os aspectos que envolvem a memória local, a identidade e a cultura, além das pesquisas que analisam os marcos legais que constituem a EEQ (Educação Escolar Quilombola).

Outras pesquisas têm como espaço de produção os seguintes Programas de Pós-Graduação: Desenvolvimento Sustentável (04); Antropologia (01); Química (01); Comunicação (01); Artes (01); Ciências da Religião (01); Nutrição e Saúde (01); Estudos Latino-americanos (01); Direitos Humanos (01); Letras (01); Educação Agrícola (01); Ciências Biológicas (01); Ensino na Educação Básica (01); Cultura e Sociedade (01). Essa multiplicidade de áreas em que a pesquisa sobre educação e quilombos se situa demonstra a dimensão interdisciplinar do tema, isto é, evidencia as muitas interfaces dos olhares sobre a questão, a diversidade de realidades dos territórios quilombolas e as formas de ensinar e aprender desenvolvidas no ambiente escolar institucionalizado que se interconecta com aspectos como meio ambiente e

² A Lei 10.639/2003 altera a LDB e torna obrigatória a inclusão no currículo oficial de toda a Rede de Ensino do país a temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana".

as territorialidades quilombolas, as políticas públicas, a gestão escolar, os movimentos sociais e a participação política, os estudos comparados, as pedagogias contra-hegemônicas, dentre outras.

Ao longo dos 6 anos pesquisados, identifiquei a realização de 55 pesquisas de mestrado (ME) e 20 pesquisas de doutorado (DO).

Outro aspecto analisado foi a perspectiva regional em que essas pesquisas foram realizadas, ou seja, em que região do país se concentram os estudos sobre educação escolar quilombola. Segue abaixo a tabela 2 em que é apresentado o quantitativo de pesquisas realizadas, por universidade.

Tabela 2. Lócus das pesquisas sobre Educação Escolar Quilombola no Brasil.

Região	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Norte
Universidades	UFC – 3	UFMT – 7	UFMG – 6	UFPR – 2	UFPA – 2
	UFPE – 5	UnB – 9	USP – 4	Unisinos – 4	UFAM – 1
	UFRPE – 3	UFG – 3	UFSCar – 2	UFRGS – 1	
	UNILA – 1	PUC-GO – 1	UFES – 1	UFSM – 1	
	UFPB – 2		Unicamp – 1	PUCRS – 1	
	UEPB – 2		Unifesp – 1	Unioeste/PR – 1	
	UFMA – 2		UNESP – 1		
	UFS – 1		UFJF – 1		
	UFBA – 1		Metodista/SP – 1		
			UFRRJ – 1		
			PUC-SP – 1		
		PUC-RJ – 2			
TOTAL	20	20	22	10	3

Sob esse recorte, encontrei 22 pesquisas desenvolvidas em Universidades na região Sudeste onde se destacam a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de São Paulo (USP), UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Também realizam pesquisas, com menor volume de produção, a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, a Universidade Metodista de São Paulo, além da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Com uma representatividade de apenas quatro universidades, a região Centro-Oeste do país tem a segunda maior produção de pesquisa nessa área, com 20 pesquisas, considerando, principalmente, a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e a Universidade de Brasília (UnB) com a maioria das pesquisas, seguidas da Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). É interessante verificar que as pesquisas desenvolvidas nessas universidades têm como campo de estudo os quilombos da própria região, como a exemplo do território quilombola Kalunga, em Goiás e os quilombos Mata Cavalo, em Cuiabá e na região de Poconé, no Mato Grosso. As pesquisas na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) foram realizadas, basicamente, por cinco professoras doutoras. A Profa. Dra. Suely Dulce de Castilho e a profa. Dra. Michelle Sato aparecem como aquelas que mais orientam pesquisas nessa temática, nessa universidade.

A região Nordeste também aparece como um grande centro de produção de conhecimento sobre educação e quilombos, com 20 pesquisas realizadas entre 2015 e 2020. As universidades que evidenciam maior proximidade com a temática são: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Outras também aparecem, sem um quantitativo significativo de pesquisas, tais como a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a Universidade Federal da

Bahia (UFBA). As pesquisas realizadas em Pernambuco têm como objeto os quilombos do próprio estado, tais como Conceição das Crioulas e Castainho.

A região Sul do país aparece no cenário das pesquisas sobre educação escolar quilombola com 10 trabalhos produzidos, evidenciando as seguintes universidades: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade do Vale do Rio Sinos (Unisinos) e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

A região Norte do país tem uma produção de pesquisa menos significativa, com 03 pesquisas, na Universidade Federal do Pará (UFPA) e na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). As pesquisas versam sobre a questão quilombola principalmente no Pará. No entanto, apesar da pouca produção de pesquisas nas universidades do Norte, os quilombos dessa região são objeto de pesquisa em outras localidades, como a PUC-RS, a UFSCar, a UFBA e a UnB, dentre outras.

Um aspecto que pode ser observado nas análises acerca das produções de pesquisa nas Universidades brasileiras é a presença de pesquisadores/as ligados/as a temática dos quilombos, como a Profa. Dra. Glória Moura, na UnB (que desde o início dos anos 2000 já realizava pesquisa entre os Kalunga) e a Profa. Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, professora da UFSCar, que foi indicada pelo movimento negro para integrar, como relatora, a comissão que elaborou o parecer que regulamenta a lei 10.639/2003 e que estabelece as “Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” no país. Ou ainda, na UFMG, a Profa. Dra. Nilma Lino Gomes, relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012). Ter a presença de professoras que exercem militância e que são referências históricas na luta pelas políticas reparatórias aos afrodescendentes se reflete no papel significativo que exercem como orientadoras de pesquisas nessas áreas e revela a importância de se romper a dicotomia teoria/prática, isto é, partir da ideia de que é possível fazer pesquisa e ter uma prática política emancipatória nos governos.

OS REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS QUE ORIENTAM AS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO PAÍS

Início a análise sobre os referenciais teóricos que fundamentam as teses e dissertações nos Programas de Pós-Graduação em Educação no país chamando a atenção para o fato de que muitos resumos não apresentam suas bases teóricas e metodológicas. Destaco nesse artigo as análises no campo da Educação, que são aquelas me interessam como repertório investigativo.

Optei por fazer uma abordagem temporal nas análises acerca das bases teóricas das pesquisas em Educação Escolar Quilombola, iniciando com os trabalhos desenvolvidos em 2015. Como apontado no início desse artigo, desejo identificar a presença dos referenciais afrocentrados e dos estudos decoloniais nas pesquisas realizadas. Segundo Asante (2009, p. 93) quem primeiro utilizou o termo “afrocentricidade”:

A ideia afrocêntrica refere-se essencialmente à proposta epistemológica do lugar. (...) Começamos com a ideia de que a afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos³ como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos.

Em uma perspectiva metodológica, a afrocentricidade surge em resposta a supremacia ontológica branca como único caminho para o conhecimento, conforme operada há séculos, desde o “nascimento da filosofia” na Grécia. Desde os estudos pós-coloniais o eurocentrismo

³ “Africanos” conforme utilizado no texto, diz respeito tanto aos sujeitos viventes no continente africano, quanto aos afrodescendentes da diáspora em todo o planeta (nota da organizadora do livro).

tem sido apresentado como a forma de *universalizar* aquilo que é localizado: tornar universal o repertório cultural, histórico e psicológico que é próprio, especificamente, à Europa. Nesse sentido, tem-se denunciado o “epistemicídio” produzido sobre as formas de conhecer dos povos colonizados em todo o planeta. De alguma maneira, a afrocentricidade resgata essa *localização*, esse lugar psicológico, cultural, histórico e individual dos africanos e dos afrodescendentes na diáspora, possibilitando que nos tornemos sujeitos históricos, conscientes dos processos de opressão, mas não preso a eles, o que significa construir janelas para a libertação.

É a partir dos anos de 1960, na Europa, que Fanon (2020) aborda a existência dos africanos nas colônias, como são constituídas as suas subjetividades, como estes se tornam o termo *específico* do humano, em relação a dimensão universal do homem europeu e como aqueles são roubados de seus processos de existência, de sua humanidade. É quando se elabora, filosófica e politicamente, o processo de desumanização das pessoas escravizadas, assim, é a partir do pós-colonialismo fanoniano que o processo de subjetivação do “negro” surge como categoria construída pelo branco no contexto do colonialismo e do capitalismo e, a partir de então, “outras racionalidades” podem vir à baila como formas de conhecimento para além do referencial europeu, da racionalidade ocidental universal, historicamente estruturada como “as Humanidades”. No rastro aberto por Fanon, africanos/as, afro-brasileiros/as, povos originários, grupos subalternos, os/as “sem-voz”, os/as invisíveis, podem encontrar lugar, buscando reconstruir e fundamentar, a partir de outros referenciais, suas epistemologias. É pelo lastro aberto por Fanon, pensador martinicano que vive na metrópole francesa que as perspectivas anti-coloniais, descoloniais, contra-coloniais ou decoloniais ganham espaço na academia.

Sobre os estudos decoloniais, outra opção teórico-metodológica que orientou nosso olhar para verificar esse referencial nas pesquisas sobre educação em quilombos, podemos ler em Ballestrin (2013, p. 89) como:

[...] movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI a partir da radicalização do argumento pós-colonial no continente. (...) por meio da noção de “giro decolonial”, atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões para o continente. Defende a “opção decolonial” – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva.

Portanto, o argumento que justifica o interesse nas pesquisas afrocentradas e decoloniais é o de que esses referenciais dialogam com a nossa história, nossa experiência política, nossa memória o nosso pertencimento afro-latino-americano, sobre a nossa formação histórico-cultural do Brasil ou, como nos ensina González (1988), nossa *amefricanidade*.

Nota-se uma presença, desde 2015, de pesquisas que têm como base teórica a filosofia africana (Hampâté Bâ) e a Pretagogia: “Africanidades no ritual das ladainhas de capoeira angola: pretagogia e produção didática no Quilombo” de autoria de Rafael Ferreira da Silva, sob a orientação da Profa. Dra. Sandra Haydée Petit (UFC). Sob a orientação da Profa. Sandra Petit a dissertação “Corpos no samba de cacete: dança ancestral, tamboros giras e gingas na educação afrocametaense” de autoria de Carmem Lúcia Barbosa, que utiliza a Pretagogia e o método Sociopoético como referenciais. A Pedagogia Griô aparece na dissertação “Educação, turismo e ação griot: impactos da modernidade na comunidade quilombola de Remanso (Lençóis/BA)”, de autoria de Ana Carolina Francischette da Costa, sob orientação do Prof. Dr. Maurício Cardoso (USP), o que evidencia, de maneira ainda tímida, a abertura a bases teóricas afrorreferenciadas.

É bastante presente a referência a Geertz (1989) como fundamento das pesquisas etnográficas em quilombos, bem como os Estudos Culturais: Hall (1998; 2001) e Woodward (2002) nas discussões sobre identidade e diferença. Guattari e o conceito de Ecosofia, bem como a noção de acontecimento de Deleuze aparecem em uma pesquisa de autoria de Denise

Aparecida Lima Pereira, “Experiência, singularização, ecosofia: cartografias de processo de formação”, sob a orientação da profa. Dra. Kátia Maria Kasper, da UFPR. Nesse sentido, já é possível notar a presença das contribuições da perspectiva pós-crítica e de autores da filosofia da diferença nas pesquisas em educação e quilombos a partir de 2015.

Destaco a presença de referências a Minayo (2012) em vários trabalhos para fundamentar a realização da pesquisa qualitativa e Bardin (2011) como referencial para análise de conteúdo dos dados coletados através de entrevistas semiestruturadas, observação participante e diários de campo. Nesse aspecto, esses trabalhos se distanciam da minha opção de análise das evidências do campo, uma vez que pretendo caminhar pelas vias foucaultianas para identificar os discursos em disputa nas narrativas dos/as quilombolas sobre suas lutas pela educação etnicamente diferenciada.

No ano de 2016 começo a identificar nas pesquisas em Educação Escolar Quilombola a presença de referenciais dos Estudos Decoloniais, principalmente Quijano (2002) e Walsh (2013), como nas dissertações “História local em sala de aula: quilombos de Minas e identidade quilombola no século XXI” de Ângela Aparecida Ferreira, na UFMG, sob orientação do Prof. Dr. Pablo Luiz de Oliveira e “Formação de professores indígenas e quilombolas: desafios e perspectivas” de autoria de Geovani José Gonçalves, na UNILA, sob orientação do Prof. Dr. Luis Eduardo Alvarado Prada.

As referências ao racismo como conceito central nas pesquisas também aparecem e Munanga (2003) e Guimarães (1999; 2005; 2008) são utilizados na pesquisa: “O Direito à Educação Infantil e a Oferta Pública em Minas Gerais para crianças de 0 a 6 anos dos povos quilombolas” de autoria de Regina Lúcia Couto de Melo sob orientação da Prof.^a Dra. Lívia Maria Fraga Vieira na UFMT; e na UFRPE, na pesquisa “Os sentidos atribuídos às identidades das mulheres quilombolas na escola de educação quilombola”, de autoria de Lúcia Helenas Ramos da Silva, sob orientação da Profa. Dra. Denise Botelho. Ainda sobre esse trabalho, evidencio a referência a Franz Fanon e Lélia Gonzalez, bem como as discussões de gênero de Guacira Lopes Louro. Ainda sobre a questão de gênero, aparece a dissertação “Mulheres Quilombolas e Culturas do Escrito: Voz e Letra na Comunidade Quilombola do Mato do Tição/MG” de autoria de Maria Raquel Dias Sales Ferreira e realizada na UFMG sob orientação da Profa. Dra. Carmen Lúcia Eiterer. É possível notar, nesses trabalhos, que aspectos sobre o conceito de raça começam a ser articulados com a noção de gênero, evidenciando o surgimento de uma leitura interseccionalizada sobre a questão.

A relação entre currículo e poder aparece entrelaçada aos conceitos de educação, currículo escolar, memória e identidade cultural na dissertação “Memórias de idosos quilombolas como recurso didático: escola básica do Quilombo Matão/PB” de autoria de Marta Oliveira Bastos, sob a orientação do Prof. Dr. João Batista Gonçalves Bueno, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), marcando a força da perspectiva crítica nas pesquisas no Nordeste, quando Freire (1996), Giroux (1997), Candau (2003) e Hall (1999) são as bases teóricas.

Em 2016 aparecem nas pesquisas os referenciais de quilombo segundo Moura (2001), que extrapola as narrativas históricas sobre a origem dessas comunidades negras como um dado arqueológico dos tempos da escravidão, como um ajuntamento de negros fugidos, para a ideia de quilombos contemporâneos, em que são significativas as noções de identidade, pertencimento, parentesco e que leva em consideração os processos de interação com o entorno em que estão inseridos. Assim, considerando o momento político vivido no país, a academia acaba por oferecer repertório teórico para a fundamentação das políticas públicas às comunidades quilombolas, uma vez que o conceito de quilombos contemporâneos ganha espaço também fora do debate científico. Segundo Moura (2007, p. 3), quilombos contemporâneos são definidos como:

[...] comunidades negras rurais habitadas por descendentes de africanos escravizados, que mantêm laços de parentesco e vivem, em sua maioria, de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo. Os habitantes dessas comunidades

valorizam as tradições culturais dos antepassados, religiosas ou não, recriando-as no presente. Possuem uma história comum e têm normas de pertencimento explícitas, com consciência de sua identidade. São também chamadas de comunidades remanescentes de quilombos, terras de preto, terras de santo ou santíssimo.

O ano de 2017, além de haver mais pesquisas defendidas, também aparece como aquele em que se firma o espaço das perspectivas afrocentradas. A partir desse ano, nas pesquisas acessadas, encontramos autores/as negros/as brasileiros/as e africanos/as, cujos trabalhos apresentam conceitos como as *africanidades brasileiras*, o quilombismo, a identidade étnica no quilombo, raça e racismo, principalmente nas universidades do Nordeste (UFPE) e Centro-Oeste (UFMT e UnB).

A tese “Referenciais Epistêmicos que Orientam e Substanciam Práticas Curriculares em uma Escola localizada na Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas” de autoria de Delma Josefa da Silva, sob a orientação do Prof. Dr. Janssen Felipe da Silva da UFPE retoma o pensamento afrocêntrico de Asante (2009) e Ki-Zerbo (2011), em diálogo com a perspectiva decolonial de Quijano (2005), Maldonado-Torres (2007), Grosfoguel (2010) e Walsh (2009).

A filosofia africana reaparece em uma pesquisa realizada na UFMT, que tem Hampate-Bá (2010) como base teórica. Sob a orientação da Prof^a. Dr.^a Suely Dulce de Castilho e autoria de Jocimar Jesus de Campos, a dissertação “Narrativas míticas da comunidade quilombola de Morrinho, Poconé/MT e os fazeres escolares” reafirma a possibilidade da fundamentação teórica afrocentrada na pesquisa em educação e quilombos.

Ainda na UFPE, a dissertação “Memórias de resistências, identidades em conflito e a prática educativa da Escola Municipal Virgília Garcia Bessa na Comunidade Quilombola do Castainho em Pernambuco” de autoria de Márcia de Godoi Queiroz e sob a orientação da Profa. Dra. Allene Carvalho Lage, tem como referenciais teóricos os estudos pós-coloniais de Fanon (2008) e Munanga (1998; 1999) que fundamentam o debate sobre raça, racismo e identidade cultural.

Na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) aparece uma pesquisa de Mestrado que desenvolve todo referencial teórico baseado nos Estudos Culturais e nos estudos curriculares pós-críticos. Com o título “Das roças do Sapê: estudantes quilombolas, identidades e ensino de história na EEEFM “Córrego de Santa Maria”, São Mateus (ES)”, de autoria de Diego Romerito Braga Barbosa e sob a orientação da Profa. Dra. Maria Alayde Alcântara Salim. Com essa dissertação pode-se confirmar que em todo o país, a partir de 2017, encontramos trabalhos que articulam a educação nos quilombos a partir de bases teóricas pós-críticas.

Na UFRGS aparece a pesquisa de doutorado “Possibilidades de resiliência no estar-sendo negra “é preciso ter coragem para ter na pele a cor da noite”” de autoria de Luciane Bello, sob orientação da Profa. Dra. Maria Aparecida Bergamaschi, que articula os conceitos de relações raciais, educacionais e de gênero a partir de Gomes (2002; 2003), González (1979), hooks (1995; 2005; 2006), Collins (1989; 2000), Fanon (2008) e Scott (1995). Registro na escrita desta tese a questão em torno da mulher negra a partir de Lélia Gonzalez, bell hooks e Patrícia Hill Collins, isto é, autoras negras falando sobre gênero e raça a partir da posição pós-colonial de Fanon. Afirmo que a partir de 2017 as pesquisas sobre educação escolar quilombola se materializam em bases conceituais afrocentradas, articulando perspectivas interseccionais, como gênero e raça e, ainda, intergeracionais, que têm como escopo a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino de matemática, a formação de professores e a educação não-formal nas comunidades.

No ano de 2018 é possível observar a diminuição das pesquisas na área da Educação, que permanece em queda até 2020. Sobre a produção de conhecimento em Educação, observo a dissertação realizada na Universidade Federal do Ceará (UFC) com a orientação do Prof. Dr. Henrique Cunha Junior, com o título “Educação escolar quilombola no Cariri cearense: africanização da escola a partir de pedagogias de quilombo”, de autoria de Ana Paula dos Santos. Nesse estudo, conceitos como quilombo, identidade, território, memória quilombola e

pedagogia de quilombo dão base à escrita, que está fundamentada teoricamente em Cunha Junior (2007), Munanga & Gomes (2006) e Anjos (2006). Confirma-se, portanto, a presença de alguns autores e autoras que fundamentam esses trabalhos desde 2015, início da pesquisa que aqui se empreende. Ainda em uma universidade no Nordeste, na UFPE, a dissertação “Professoras quilombolas no agreste pernambucano: desafios e tensões de uma identidade em construção”, de autoria de Halda Simões Silva, sob a orientação do Prof. Dr. Sandro Guimarães de Salles, confirma algumas questões já apontadas anteriormente: a importância do debate sobre identidade étnica na educação escolar quilombola, a concepção basilar de quilombos contemporâneos, e o uso do método etnográfico como referencial nas pesquisas em Educação.

Outro tema que surge na pesquisa em educação escolar quilombola no ano de 2018 é a articulação dos temas raça e gênero, que aparece na dissertação “Deslocamentos identitários de gênero e raça de professoras negras na educação escolar quilombola em Minas Gerais”, de autoria de Jairza Fernandes Rocha da Silva, sob a orientação da Profa. Dr.^a Shirley Aparecida de Miranda. Nesse estudo, o aporte teórico do feminismo negro se articula aos conceitos identidade, em Hall (2000) e Munanga (2003); no debate de gênero, as referências são: Louro (2006), Scott (1995) e Silva (2015). Percebe-se, portanto que, a partir de 2018, as análises que envolvem mulheres negras, racismo e educação tornam-se presentes no debate acadêmico e têm nos referenciais teóricos pós-críticos a sua fundamentação.

Ainda nesse ano, na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), encontramos a dissertação “Defesa da terra por uma comunidade e uma escola sem muros: Educação e cultura quilombolas no Campinho da Independência – Paraty, RJ”, sob a orientação do Prof. Dr. Daniel Revah e de autoria de Ana Fiorim Barros. Nesse trabalho, o resumo não apresenta os referenciais teóricos da pesquisa que foca a sua descrição na análise documental sobre a Lei 10.639/03 e as diretrizes da EEQ.

Seguimos para 2019 identificando a permanência da queda na produção científica sobre a educação escolar quilombola e há uma evidência de pesquisas em universidades particulares, na Pontifícia Universidade Católica (PUC), em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Na PUC-RJ, a autora utiliza como referencial teórico o aporte dos estudos decoloniais em diálogo com a interculturalidade e a educação diferenciada. Com o título “Tornar-se uma escola quilombola: caminhos e descaminhos de uma experiência no Quilombo Santa Rita do Bracuí, Angra dos Reis-RJ”, de autoria de Ediléia de Carvalho Souza Alves e sob a orientação da Profa. Dra. Vera Candau, grande referência nos estudos sobre educação, currículo e cultura. Ainda na PUC, em São Paulo, a tese “Formação docente e práticas curriculares na Educação Escolar Quilombola: pontes para velar a cultura afrodescendente” defendida por Marise Leão Ciríaco e orientada pela Profa. Dra. Marina Graziela Feldmann discute a questão da formação de professoras no quilombo Muquém (AL), no território ancestral de Palmares, em articulação com o currículo e a cultura. Ademais, não apresenta os aportes teóricos que fundamentam a pesquisa, que se resume o “ordenamento metodológico” como estudo de caso e análise documental.

Universidades que vêm mostrando ao longo dos anos uma proximidade com a temática aqui pesquisada, como a UFMT, a UFRPE e, na região Sul, a Unisinos e a UFPR, seguem produzindo trabalhos na área, apesar da diminuição da quantidade de trabalhos. Na Federal Rural de Pernambuco, a dissertação “Educação patrimonial e diálogo de saberes no quilombo-indígena Tiririca (PE)” de autoria de Nivaldo Aureliano Léo Neto, orientada pelo Prof. Dr. Maurício Antunes Tavares, utiliza como referencial teórico da educação intercultural para fundamentar o campo da educação patrimonial e da memória. Na UFMT, outro *locus* importante de produção de conhecimento sobre a temática em questão, encontrei a tese “[...] Nós aqui é o espaço dos sem vez” – quilombolas e educação em Poconé/MT” defendida por Nilvaci Leite de Magalhães Moreira e orientada pela Profa. Dra. Maria Lúcia Rodrigues Müller. Nesse trabalho, a autora apresenta no resumo a opção metodológica – estudo etnográfico – mas não desenvolve a base teórica, apenas sugere um debate terminológico sobre a expressão quilombo à luz da

noção de identidade, bem como analisa documentos referentes às políticas sociais presentes nessas comunidades tradicionais.

Em universidades no Sul do país, aparecem duas pesquisas de Mestrado que versam sobre o quilombo na sua perspectiva histórica. Na Federal do Paraná, a dissertação “A história difícil do Brasil: contraponto entre o pensamento histórico, a consciência histórica de jovens quilombolas e os conteúdos curriculares”, a autora Cristina Elena Taborda Dias, sob orientação da Profa. Dra. Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt, escreve sobre a concepção de currículo escolar segundo Fourquin (1993), Sacristán (1998) e Goodson (1998) para tratar das escolas quilombolas em relação com a noção de “História Difícil”. Na Unisinos, a dissertação “Memórias e trajetórias formativas de jovens universitários da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, Araguatins/TO” de autoria de Elma Vital da Silva e orientada pelo Prof. Dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva, apresenta e problematiza trajetórias formativas de estudantes universitários de uma comunidade quilombola no Tocantins sem evidenciar, no entanto, os aportes teóricos da pesquisa no resumo. Nesse sentido, observo a queda da produção científica sobre a educação escolar quilombola nos Programas de Pós-Graduação em Educação e, ainda, registro que os aportes teóricos críticos ou pós-críticos não mais aparecem nos resumos das pesquisas. Nesse ponto, apenas a pesquisa realizada na PUC/RJ, sob a orientação de Vera Candau apresenta como referência a contribuição dos estudos decoloniais de Walsh (2016).

Em 2020 chegamos ao pior cenário nos 6 anos pesquisados: duas pesquisas são realizadas (teses) nos Programas de Pós-Graduação em Educação no país. É importante pontuar que a educação escolar quilombola não é mais o objeto direto das pesquisas, mas aparece indiretamente, em produções sobre educação em direitos humanos (UFAM) e educação do campo (UnB). Na Universidade Federal do Amazonas, a tese intitulada “A ressignificação da educação em direitos humanos no Amazonas: educação em direitos humanos no Amazonas”, de autoria de Robert Langlady Lira Rosas e orientada pela Profa. Dra. Rosa Mendonça de Brito tem como referencial teórico Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos para tratar dos processos educacionais contra-hegemônicos nas escolas e currículos das populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Também na Universidade de Brasília (UnB), a tese “Institucionalização da licenciatura em educação do campo na UNIFESSPA: avanços e contradições” trata da análise das políticas públicas de implantação da Educação do Campo, como aquela que fomenta o direito à formação de professores/as e da educação dos povos do campo, incluindo os quilombolas. De autoria de Maura Pereira dos Anjos, é orientada pela Profa. Dra. Monica Castagna Molina. A pergunta que fica ao final da análise desse período é: por que o termo “Educação Escolar Quilombola” desaparece das teses e dissertações em 2020, mesmo tendo sido realizados em Programas de Pós-Graduação em Educação? Por que as pesquisas a partir do ano passado passam a abarcar a educação em quilombos a partir de guarda-chuvas temáticos, como a educação em direitos humanos e a educação do campo? Diante desse cenário e dessas perguntas, me coloco a tarefa de acompanhar, ano a ano, até 2024, a atualização dessas reflexões no sentido de buscar fundamentação empírica para as questões apontadas.

CONCLUSÃO

A leitura dos resumos dos trabalhos que têm como objeto de estudo a “Educação Escolar Quilombola” e que foram realizados nos Programas de Pós-Graduação em Educação no país, aponta algumas possíveis interpretações. Uma questão, talvez a mais relevante, é a necessidade de se manter ativo o campo de investigação nessa temática, considerando a importância da universidade pública nesse campo e o lugar de destaque da produção regional nordestina, que, ademais, revela a orientação pelo aporte teórico-metodológico afroreferenciado e decolonial, fortalecendo as epistemologias do eixo Sul-Sul.

Um aspecto importante a ser observado é a oscilação no quantitativo de trabalhos defendidos a partir de 2018 e que permanece até 2020. Sabemos que é notório o descrédito

dado a ciência pelo atual governo federal e, mais especificamente, a desvalorização das ciências humanas. Há cerca de 2 anos, um movimento de intelectuais de todo o mundo mobilizou a assinatura de um manifesto contra o corte de verbas nas ciências humanas no Brasil. No documento, os signatários citam diretamente o presidente Jair Bolsonaro, que havia dado a declaração de que o Ministério da Educação estudava descentralizar os investimentos nos cursos de Filosofia e Sociologia (ciências humanas em geral), uma vez que o objetivo do governo seria focar em áreas que “geram retorno imediato ao contribuinte, como veterinária, engenharia e medicina”⁴. Diante de situações como estas é que pretendo me comprometer com o acompanhamento da produção de conhecimento sobre a educação escolar quilombola nos próximos anos de pesquisa: me interessa seguir acompanhando os dados que revelam o quantitativo de trabalhos defendidos nos Programas de Pós-Graduação em Educação.

Na análise dos referências teóricas que orientam as pesquisas sobre educação e as comunidades quilombolas no país, os conceitos que mais apareceram foram: identidade cultural, identidade e diferença. Nesse item, Hall (2001; 2003) é a maior referência nos trabalhos defendidos, assim como Silva (1995; 2000; 2005). O conceito de quilombo, quilombismo e quilombos contemporâneos aparecem nas pesquisas, bem como a noção de territorialidade.

Nesse caso, os trabalhos de Moura (2001; 2011) O’Dwyer (2004) e Arruti (1997) são a maior referência. Raça e racismo são noções que surgem nas pesquisas, bem como a perspectiva das análises sobre relações raciais na escola. Nas discussões acerca do racismo, Munanga (2000; 2004), Guimarães (1999; 2005; 2008), Gomes (1995; 2002; 2003) aparecem como referência. Na temática das relações raciais nas escolas, Nascimento (2008), Silva (2002; 2003; 2005), Gomes (1995; 2002; 2003) são as mais utilizadas como aporte teórico.

As expressões “africanidades brasileiras” e “identidade afrodescendente” aparecem com alguma frequência. Cunha Junior (1998; 2008) oferece fundamentação teórica aos estudos sobre esse termo e a questão curricular nas escolas quilombolas. Sobre a relação currículo, poder e educação, Silva (2001) é a principal referência, assim como Candau (2010; 2011). Em uma referência a autores “clássicos”, cujas obras se derramam por diferentes áreas do conhecimento, Geertz (1989) e Freire (2006; 2011) são citados em vários trabalhos e são referências em vários campos de pesquisa.

No recorte investigativo que foi o foco desse artigo encontramos no pensamento afrocêntrico e dos estudos decoloniais as vozes silenciadas dos povos originários e dos quilombolas, que poderão ser incluídas como narrativas que têm seu lugar, poderão ser ouvidas e tornar-se referenciais para as pesquisas em Educação. Buscar fundamentação teórica na perspectiva pós-colonial de Fanon, que nos provoca a pensar que a desumanização dos povos colonizados acaba por desumanizar a todos é instigante. Nesse sentido, o *pacto narcísico da branquitude* (Bento, 2002) precisa ser desestabilizado, questionado, desconstruído, para que outro horizonte nas relações raciais se construa: brancos e negros, conjuntamente, têm a tarefa coletiva de re-humanização. Neste cenário, Krenak (2019; 2020), Kopenawa (2015), Antônio Bispo dos Santos (2015) e tantos outros mestres e mestras de saberes ancestrais da tradição oral poderão ser reconhecidos em seus saberes, ampliando a noção de “conhecimento” que a academia tem produzido.

Posso dizer que me deparar com esses horizontes abertos nos referências teórico-metodológicos afrocentrados e decoloniais das pesquisas sobre educação escolar quilombola nas universidades públicas brasileiras me encoraja a buscar um caminho mais autêntico e criativo, no sentido de construir na minha trajetória como pesquisadora o aporte das vozes afro-pindorâmicas.

⁴ Recuperado de: <https://portal.ufcg.edu.br/em-dia/684-academicos-de-universidades-em-todo-o-mundo-assinam-manifesto-contra-cortes-de-verbas-para-ciencias-humanas-no-brasil.html>

AGRADECIMENTOS: Não aplicável.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES: Nascimento, M. G.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, e revisão crítica de conteúdo intelectual importante; Silva, R. I.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, e revisão crítica de conteúdo intelectual importante. Os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

CONFLITOS DE INTERESSE: Os autores declaram que não há conflitos de interesse.

REFERÊNCIAS

- Asante, M. (2009). Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: Nascimento, E. L. (Org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, p. 93-108.
- BÂ, A. H. (2010). A Tradição Viva. In: Ki-Zerbo, J. (Org.). História geral da África. I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010, p. 167-212.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, 89-117.
- Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70.
- Bento, M. A. S. (2002). Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, SP, Brasil.
- Brasil (2003). Lei 10.639/03. Recuperado de: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiKqZGt2vnmAhWkA9QKHytDBYoQFjADegQIBBAD&url=http%3A%2F%2Fwww.planalto.gov.br%2Fccivil_03%2Fleis%2F2003%2F110.639.htm&usg=AOvVaw01z8PdGjXFnEStt9N-1M0B
- Brasil (2004). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Resolução no. 1, de 17 de junho de 2004. Recuperado de: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>
- Brasil (2012). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Resolução no. 8, de 20 de novembro de 2012. Recuperado de: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192
- Candau, V. (2003). Somos tod@s iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A.
- Collins, P. H. (2019). Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo.
- Cunha Junior, H. (2010). Ntu: introdução ao pensamento filosófico Bantu. *Educação em Debate*, 32(59), 25-40.
- Fanon, F. (2020). Pele negra, máscaras brancas. São Paulo: Editora Ubu.
- Freire, P. (1996). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.
- Giroux, H. (1997). Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed.
- Gomes, N. L. (2002). Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Gomes, N. L. (2003). Cultura negra e educação. *Revista Brasileira de Educação*, 23, 75-85.
- Gonzalez, L. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Revista Tempo Brasileiro*, 93, 69-82.
- Guattari, F. (2009). As três ecologias. Campinas: Papirus.
- Guimarães, A. S. (1999). Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34.
- Guimarães, A. S. (2002). Classes, raças e democracia. São Paulo: Editora 34.
- Hall, S. (1998). A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hall, S. (2003). Da Diáspora. Identidades e Mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- hooks, b. (2013). Ensinando a transgredir: a educação como prática da Liberdade. São Paulo: Editora Martins Fontes.

- hooks, b. (2019). *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e o feminismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- hooks, b. (2019). *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva.
- hooks, b. (2019a). *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante.
- hooks, b. (2019b). *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante.
- Ki-Zerbo, J. (2010). *História Geral da África I – Metodologia e Pré-História da África*. Brasília: UNESCO.
- Kopenawa, D. (2015). *A queda do céu: Palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2020). *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes.
- Maldonado-Torres, N. (2007). *Pensamiento crítico desde la sub-alteridad: los estudios étnicos como ciencias descoloniales o hacia la transformación de las humanidades y las ciencias sociales en el siglo veintiuno*. In: Saavedra, J. L. (Org.). *Educación superior, interculturalidad y descolonización*. La Paz: Programa de Investigación Estratégica en Bolivia, p. 3-8.
- Minayo, M. C. S. (2012). *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade*. *Ciências da Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626.
- Moura, G. (2001). *Direito à diferença*. In: Munanga, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC, p. 69-82.
- Moura, G. (2001). *Uma História do Povo Kalunga*. Brasília: MEC.
- Moura, G. (2007). *Proposta pedagógica*. In: SEED-MEC (Org.). *Educação Quilombola*. Boletim Salto para o Futuro. Brasília: SEED-MEC, p. 3-14.
- Munanga, K. (1999). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Munanga, K. (2003). *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. *Anais do III Seminário Nacional Relações Raciais e Educação*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Munanga, K., & Gomes, N. L. (2006). *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Ed. Global.
- Petit, S. H. (2015). *Pretagogia: pertencimento, corpo-dança afroancestral e tradição oral*. Fortaleza: UECE.
- Quijano, A. (2005). *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*, In: Quijano, A. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires/CLACSO, p. 117-142.
- Santos, A. B. (2015). *Colonização, Quilombos, Modos e Significações*. Brasília: INCTI/UnB.
- Santos, B. S. (1999). *Pela Mãos de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Scott, J. W. (1990). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e Realidade*, 16(2), 71-99.
- Walsh, C. (2009). *Interculturalidad crítica y educación intercultural*. *Anais do Seminário Interculturalidad y Educacion Intercultural*, La Paz, Colômbia.
- Walsh, C. (2013). *Pedagogías Decoloniales. Práticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir*. Serie Pensamiento Decolonial. Equador: Editora Abya-Yala.
- Woodward, K. (2014). *Identidade e diferença: uma introdução teórica*. In: Silva, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, p. 7-72.

Recebido: 30 de abril de 2021 | **Aceito:** 30 de maio de 2021 | **Publicado:** 2 de junho de 2021



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.